

FUNDAMENTOS DO VOTO

De acordo com **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**¹, “o dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos”.

Os administradores públicos devem prestar contas anualmente dos dinheiros, bens e valores que arrecadam, utilizam, guardam ou gerenciam, obrigação que se estende àqueles que com eles atuam em conjunto ou realizam os citados atos de maneira ocasional por meio de convênios ou contratos (parágrafo único do art. 70 da CR²).

É certo que a Constituição da República não trata da Tomada de Contas como um tipo de processo autônomo, no entanto, define a competência dos Tribunais de Contas para a realização de procedimento específico quando da necessidade de se apurar prejuízos causados ao erário, conforme estabelecido no art. 71, II da CR³.

No âmbito deste Tribunal, o procedimento de tomada de contas tem previsão nos artigos 13 da Lei Complementar 269/2007 e 155 da Resolução Normativa 14/2007 (Regimento Interno), com as seguintes redações:

Art. 13 A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências imediatas com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sempre que não forem prestadas as contas, quando ocorrer desfalque, desvio de bens ou valores públicos, a prática

1FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tomada de Contas Especial – Processo e Procedimento nos Tribunais de Contas e na Administração Pública. 3ª edição, revista, atualiza e ampliada. Belo Horizonte: Editora fórum, 2005, pág. 102.

2)Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União, responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.

3Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: “I - (...);

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público”.

de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como nos casos de concessão de benefícios fiscais ou de renúncia de receitas que resultem em prejuízo ao erário.

§ 1º Comprovado o dano ao erário, a tomada de contas especial deverá ser encaminhada desde logo ao Tribunal de Contas para julgamento.

§ 2º Não atendido o disposto no *caput* deste artigo, o Tribunal de Contas determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

Art. 155. Serão tomadas as contas de todos aqueles que, obrigados a prestá-las, não o façam no prazo ou forma legal.

§ 1º. As contas prestadas intempestivamente serão autuadas como tomada de contas.

§ 2º. Caberá tomada de contas, ainda, nas hipóteses de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, de não comprovação da aplicação dos recursos públicos e de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.

Como já relatado, este Tribunal no Acórdão 2261/2009, determinou a instauração de Tomada de Contas Especial pela Secretaria de Estado de Cultura, ante a falta de prestação de contas de diversos projetos culturais no Processo 6.036-4/2009, dentre os quais, o objeto do contrato 15/2007, identificado de “Leitura Ação Cultural”, sob a responsabilidade do Sr. **Francisco Abel da Silva**, produtor cultural.

Após cuidadosa análise de todo o processado, verifico que apesar de o citado produtor cultural não ter prestado contas dos valores recebidos e dos trabalhos realizados dentro do prazo estipulado no contrato 15/2007, houve o devido atendimento do objeto contratado (fls. 50/74), inclusive com devolução aos cofres públicos do valor de R\$ 4.068,77 (quatro mil, sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 3.971,88 referentes à diferença entre o valor constante no plano de trabalho e o efetivamente pago e R\$ 96,89 relativos às despesas com tarifa bancária consideradas ilegítimas, conforme concluiu a própria Comissão de Tomada de Contas Especial instituída no âmbito da Secretaria Executiva do Núcleo Cultura, Ciência, Lazer e Turismo (fls. 90/92).

É importante ressaltar que as irregularidades remanescentes são formais

e não comprometem as contas.

Diante das razões expostas, acolho o Parecer Ministerial 5.599/2012 e com fundamento nos artigos 70, parágrafo único, 71, inc. II, e art. 75, todos da Constituição da República; no art. 47, inc. II, da Constituição do Estado de Mato Grosso; nos artigos 1º, II e XVIII e 16 da Lei Complementar Estadual 269/2007; e, artigo 156 da Resolução Normativa 14/2007, **VOTO** no sentido de **julgar regulares as contas do Contrato de Fomento à Cultura 15/2007**, firmando entre a **Secretaria de Estado de Cultura** e o **Sr. Francisco Abel da Silva**.

É como voto.

Cuiabá, 23 de janeiro de 2013.

(assinatura digital)

Conselheiro VALTER ALBANO DA SILVA
RELATOR